

5. Somente poderá ser considerada a poligonal da área conforme mapas e plantas apresentados para o empreendimento no processo administrativo próprio de solicitação com tabela de coordenadas UTM, Datum SAD69, dos vértices da poligonal constante no processo.

Tabela 01. Vértice da Poligonal fechada de lavra Licenciada. Santana do Livramento-RS.

Ponto	Coordenada E	Coordenada N
01	640517	6586201
02	640395	6586201
03	640399	6586250
04	640432	6586284
05	640468	6586314
06	640468	6586346
07	640511	6586342
08	640527	6586324
09	640527	6586286
10	640483	6586229
Coordenadas UTM 21J - DATUM SAD69		

5. Deverá ser mantida no terreno a demarcação física dos limites da área a ser lavrada de forma visível;
6. O material rochoso "in natura" a ser removido deverá ser retirada primeiramente a camada vegetal (horizonte A) e mantida estocada em banco de solo para utilização na recuperação da área minerada;
7. Não poderá haver formação de bota-fora. O material extraído deverá ser imediatamente encaminhado para as áreas de aplicação;
8. As caçambas dos caminhões de transporte deverão estar obrigatoriamente cobertas com lonas evitando assim queda do material rochoso;
9. Deverá ser construído ao longo das vias de acesso e trabalho cordões de contenção fabricados com os fragmentos das rochas, com o objetivo de funcionar como filtro e contenção dos finos resultantes das operações de lavra e transporte. Estes cordões deverão sofrer manutenção sistemática devendo ter altura mínima de 50cm;
10. A lavra se dará a céu aberto, por forma de desmonte de bancadas. Não será utilizado explosivos;
11. Em função da área já ter sofrido atividade anterior de lavra, o projeto de recuperação da área degradada deverá ser implantado concomitante à atividade minerária;
12. A atividade fica dispensada de apresentação de documento de Outorga de Título Minerário, em conformidade com Portaria nº441, de 11/12/2009, do Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional de Produção Mineral, por tratar-se de desmonte de material "in natura" para uso imediato na construção civil, sem objetivar comercialização dos materiais envolvidos;
13. O Desmonte do material será pelo método de escavação com extração mecânica com utilização de escavadeiras. Em caso de mudança desta metodologia deverá ser comunicado imediatamente a este Órgão Ambiental para análise.
14. A extração será realizada a céu aberto, e os trabalhos de corte e remoção de material rochoso "in natura" configurarão o terreno em bancadas que deverão atender as declividades estabelecidas no plano de lavra;
15. Deverão ser mantidos em todo o período de extração e recuperação física da área, os canais de escoamento para drenagem das águas pluviais, provenientes da área de lavra, que devem contemplar

IV - Com vistas à renovação da LICENÇA DE OPERAÇÃO o empreendedor deverá apresentar:

28. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
29. Cópia desta Licença Ambiental;
30. Licença/Autorização do Proprietário em vigor;
31. Relatório de implantação das medidas propostas no Plano de Controle Ambiental e no Plano de Recuperação para a área Degradada, contemplando relatório fotográfico de cada etapa;
32. Formulário de Informações para Licenciamento da Atividade com as devidas atualizações;
33. Declaração da empresa informando que há cumprimento das condições e restrições acima, bem como de que **NÃO HOUVE** nenhuma alteração da atividade ora licenciada;
34. Cronograma atualizado para as atividades de lavra e medidas de controle ambiental a serem desenvolvidas no período de vigência da renovação da Licença de Operação;
35. Anotação de responsabilidade Técnica - ART de execução da lavra com implantação das medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes ao meio físico (geólogo/eng. de minas) e meio biótico (biólogo/eng. florestal/eng. agrônomo);
36. Comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, conforme artigo nº24 da Lei Municipal nº5060/2006 de 30 de março de 2006;
37. A suspensão temporária da atividade não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas no PCA;

Esta Licença é válida para as condições contidas acima e pelo período de 1(UM) ANO a contar da presente data.

Caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade, incidindo multa por descumprimento da legislação ambiental;

Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade;

A presente Licença só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado.

Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma área sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE INSTALAÇÃO;

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões, de qualquer natureza, exigidas pela Legislação federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

ESTA LICENÇA DE OPERAÇÃO LO 01368/2014 RENOVA A LO N°01180/2013

VALIDADE: 14 de julho de 2014 à 14 de julho de 2015.

Sant'Ana do Livramento, 14 de Julho de 2014.

**Seplam - DEMA**

Fábio Peres  
Secretário Municipal de Planejamento e  
Meio Ambiente - Seplam/DEMA.